

## SONHOS POSSÍVEIS E A RELAÇÃO TRANSFERENCIAL

*Fernanda Furieri Paes\**  
*Silvia Abu-Jamra Zornig\*\**

### RESUMO

Ogden (2010a) apresenta-nos uma teoria da clínica em que o sonhar é tomado como função de elaboração inconsciente, sendo a incapacidade do sujeito de “sonhar sua experiência emocional” um indicador de sofrimento psíquico. Tendo essa ideia como referência, assim como a teorização de Bion sobre a *função alfa* e o pensamento-sonho, falaremos no presente trabalho sobre o comprometimento da capacidade de sonhar e seus ecos para o psiquismo do sujeito. Com a apresentação de um caso clínico trataremos ainda uma discussão sobre o mecanismo da identificação projetiva e seu valor de comunicação em análise.

Palavras-chave: Sonhar; função alfa; pensamento-sonho; identificação projetiva.

### POSSIBLE DREAMS AND THE TRANSFERENTIAL RELATIONSHIP

#### ABSTRACT

*Ogden (2010a) presents us with a theory of the clinic in which dreaming is taken as a function of unconscious elaboration, being the subject's inability to “dream his emotional experience” an indicator of psychological suffering. Taking this idea as a reference, as well as Bion's theorization about the alpha function and dream thoughts, in this work we will approach the compromise of the ability to dream and its echoes to the subject's psyche. We will present a clinical case and we will also discuss the mechanism of projective identification and its value of communication in analytical treatment.*

*Keywords: Dreaming; alpha function; dream thoughts; projective identification.*

\* Psicóloga e historiadora. Doutoranda do programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica, Puc-Rio, mestre em Psicologia Clínica pela Puc-Rio, professora do Curso de Especialização em Psicologia Clínica com Crianças, Puc-Rio.

\*\* Membro psicanalista da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, professora do programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica, Puc-Rio, coordenadora do Curso de Especialização em Psicologia Clínica com Crianças, Puc-Rio.

## LES RÊVES POSSIBLES ET LA RELATION TRANSFÉRENTIELLE

### RÉSUMÉ

*Ogden (2010a) nous présente une théorie de la clinique dans laquelle le rêve est pris en fonction de l'élaboration inconsciente, et l'incapacité du sujet à «rêver son expérience émotionnelle» étant un indicateur de la souffrance psychique. Prenant cette idée comme référence, ainsi que la théorisation de Bion sur la fonction alpha et la pensée du rêve, nous parlerons dans le présent travail de l'incapacité de rêver et de ses échos à la psyché du sujet. Avec la présentation d'un cas clinique, nous aborderons également le mécanisme d'identification projective et sa valeur de communication en cours d'analyse.*

*Mots-clés: Rêve; fonction alfa; pensée du rêve; identification projective.*

Uma das grandes contribuições que Freud (1914/2004) nos deixou foi a possibilidade de pensar que a relação do sujeito com o mundo não é dada de antemão, mas compreende um processo complexo em que o pulsional e os fantasmas inconscientes têm caráter estruturante. No princípio dessa estruturação repousa uma diferenciação fundamental, aparentemente óbvia, no entanto, de grande complexidade, entre eu/não-eu. No caminho dessa diferenciação, a relação com os objetos primordiais, marcada por um ritmo, oferece o campo em que o psiquismo pode se estruturar.

Dentre os psicanalistas pós-freudianos, Winnicott (1945/2000) foi um dos primeiros a se debruçar de maneira particular sobre a relação do indivíduo com o ambiente nesse processo de separação. O psicanalista inglês nos apresenta o desenvolvimento do sujeito a partir de sua relação com o objeto, que, a princípio, é marcada pela indiferenciação. Mediado por um objeto adaptado às suas necessidades, seria garantido ao sujeito em constituição a experiência de ilusão, que, na teoria de Winnicott, diz respeito à percepção de que aquilo que o bebê vivencia como realidade externa coincide com sua capacidade criativa, ou seja, sua ilusão de onipotência. Se tudo vai bem, essa ilusão seria assegurada pelos cuidados prodigalizados pelo adulto e a perda dessa experiência se daria pouco a pouco, ao passo que o objeto vai apresentando suas falhas, no mesmo ritmo em que o bebê pode suportá-las.

Bion (1979/1991), caminhando no mesmo sentido que Winnicott, contribui para pensarmos sobre a qualidade das primeiras relações e a

importância da dinâmica estabelecida entre o bebê e seus objetos primordiais, mas o faz a partir de um olhar sobre o desenvolvimento da capacidade funcional do aparelho psíquico. O olhar desse autor repousa sobre o processo em que se funda, não apenas o pensamento, mas a própria construção da função de pensar (Ferro, 1999). Esta função só pode se instaurar se o sujeito conta, no início da vida, com um objeto capaz de acolher, conter temporariamente e transformar os elementos brutos que são projetados pelo bebê, devolvendo-os posteriormente em forma de elementos passíveis de serem integrados ao seu funcionamento mental, para que possam, finalmente, ser inscritos no campo do sentido e da significação.

Essa capacidade materna de transformação é o que possibilita a instauração da capacidade de sonhar, que é pré-requisito para o desenvolvimento da capacidade de pensar e a instauração da memória, graças à formação da barreira de contato na construção do espaço psíquico do sujeito (Bion, 1979/1991). Desta forma, o sujeito incapaz de sonhar também é incapaz de distinguir realidade psíquica e realidade externa, percepção e alucinação. Por outro lado, a atividade onírica não é possível sem que se construa um “aparato para sonhar sonhos” (Ferro, 1999), e essa construção delicada se tece nos meandros da relação mãe-bebê. A simbolização e o trabalho do sonho permitem a memória, e é graças ao sonho que é possível dar figurabilidade às experiências emocionais.

O psicanalista americano Thomas Ogden (2010b), partindo dessa leitura sobre o pensamento-sonho, se dedicará a analisar casos clínicos em que dificuldades inerentes às primeiras relações impediram a constituição da capacidade de sonhar. Assim, o autor se interroga sobre a questão da transferência, mais especificamente sobre a capacidade do psicanalista de sustentar a relação transferencial que se estabelece nesses casos, nos quais é necessário que se mantenha um estado muito particular de receptividade aos sonhos não sonhados pelo paciente.

Em sua obra, o autor nos apresenta uma concepção do espaço analítico enquanto espaço potencial (Ogden, 2017), um terceiro analítico intersubjetivo, no qual paciente e terapeuta brincam com significados, podendo, assim, significar os afetos. É nesse espaço que o sujeito pode recuperar, ou mesmo desenvolver de maneira inédita, a capacidade de “pensar seus próprios pensamentos”, com a condição de

que o analista ofereça a suficiente sustentação para que o sujeito seja capaz de internalizar os objetos “não-eu” de maneira que esses não se apresentem como ameaçadores da continuidade de ser (Ogden, 2010a).

Por outro lado, para além da possibilidade de brincar com significados, o encontro analítico comporta outras formas de comunicação “diretas” (Ogden, 2017), não mediadas pelo símbolo. Retomamos a leitura que Ogden faz do conceito de identificação projetiva para falar de sensações e afetos que atravessam o analista durante as sessões e que comportam a projeção de conteúdos não integrados pelo analisando. Na leitura de Bion (1967a), assim como na de Ogden (1992), a identificação projetiva é entendida a partir da concepção de intersubjetividade, tanto para falar de sua importância na constituição psíquica do sujeito no contexto das primeiras relações, quanto para destacar sua presença no processo analítico, como uma das formas de comunicação direta.

No presente trabalho, partiremos de um caso clínico para falar sobre o comprometimento da capacidade de sonhar e seus ecos para o psiquismo da criança. O menino de dez anos chega para análise profundamente desvitalizado, sem poder sonhar sua experiência emocional. Supomos que, no caso dessa criança, a construção de um sonho compartilhado tornou possível o estabelecimento de um campo em que a experiência emocional pôde ser sonhada. Pretendemos, assim, pensar como o desenvolvimento de uma relação continente/contido na situação de análise pôde, nesse caso, favorecer o desenvolvimento da capacidade sonhar a própria existência do sujeito.

## 1. LEVI

Levi, de 10 anos, chega para análise encaminhado pelo pediatra, pois tem dificuldades com o sono: não consegue dormir à noite e passa os dias muito sonolento, o que o está atrapalhando na escola. Nas entrevistas preliminares com os pais, nada é dito para a analista que pareça uma demanda: os pais dizem que Levi é ótimo, não têm nada a reclamar, é extremamente obediente. O contraste entre a maneira que é contado pelos pais e o que se apresenta causa grande impacto na analista, que recebe uma criança que não consegue brincar, não entende regras até mesmo dos jogos mais simples, não parece interessado em nada.

As sessões com a criança são marcadas pela tentativa, por parte da analista, de oferecer objetos com os quais Levi possa dizer algo sobre si: massinha, tintas, canetas, papel. A pergunta dele era sempre a mesma: o que você quer que eu faça? A analista ensaiava respostas, propunha atividades, mas estas pareciam sempre vazias, não diziam nada sobre a experiência emocional do encontro. Quase um ano se passa e parece que nada acontece, a criança continua sem brincar e sem se interessar pela analista, pela sala ou pelos brinquedos. Da mesma forma, não reclamava de ir para a análise, e a analista frequentemente pensava que a criança só vai ali pois é obediente, o que a angustiava profundamente.

Em uma sessão específica, Levi pede para sair mais cedo, o que surpreende a analista. Esse foi, efetivamente, o primeiro pedido que a criança fazia em análise. Nesse dia, o pai o aguardava na sala de espera, fato também inédito, pois quem o levava regularmente era a mãe. Nas sessões posteriores, algo muda na relação transferencial, pois a analista para de oferecer significados e ideias para a criança e as sessões passam então a ser preenchidas por longos silêncios. Os dois ficam em silêncio e a analista acompanha os pequenos movimentos que o menino faz pela sala, o que é muito perturbador para a analista, pela sensação de não estar fazendo nada, mas o silêncio não parece incomodá-lo.

Muito tempo se passa, e um dia o menino percebe um *tablet* no consultório e pede para fazer o *download* de um jogo de terror, a analista atende. O jogo consistia na seguinte dinâmica: o jogador é parte do cenário, no papel de segurança noturno de uma pizzaria destinada ao público infantil, que tem como principal atração bonecos eletrônicos que cantam e dançam. O segurança começa seu turno à meia-noite, e fica sozinho com esses bonecos, que então se transformam em criaturas assustadoras. O objetivo do jogo é sobreviver àquela noite sem levar um susto, um “*jump scare*”, e, para isso, o jogador precisa ficar atento a cada barulho emitido pelos bonecos, pois do lugar que ele está, ele não consegue vê-los. Então, Levi ficava atento a cada barulho de passos, risadas assustadoras, portas sendo abertas, respiração, objetos caindo etc.

A analista ficava ao seu lado e, quando o susto se anunciava, ela avisava e ele então entregava o aparelho eletrônico e se escondia no canto da sala, de modo que a analista levava o susto em seu lugar. Um dia, Levi pergunta

como a analista sempre adivinhava a hora do susto, e ela então começa a elaborar junto com ele, pois ela mesma não sabia dizer, mas achava que os barulhos – passos, respiração, etc. – ficavam mais altos, o que indicava que os bonecos estavam mais próximos. A explicação parece uma revelação para o menino, que passa a tentar reconhecer ele mesmo a hora do susto.

Muitos meses se passaram nesse cenário, aos poucos Levi começou a poder tomar o susto ele mesmo, o que rendia grandes gargalhadas. O campo do lúdico, do prazer compartilhado, então se estabeleceu. Um dia, a analista pergunta o porquê daqueles bonecos se comportarem daquela maneira. Levi presta atenção, mas não responde. Nas sessões seguintes, no entanto, ele passa a construir uma teoria, uma narrativa sobre o jogo, em parte pesquisada em sites da internet e em revistas de *gamers*, parte criada por ele.

## 2. SOBRE DORMIR E SONHAR

No texto “Sonhando sonhos não sonhados e gritos interrompidos”, Ogden (2010a) nos apresenta uma teoria da clínica em que o sonhar é tomado como função de elaboração inconsciente, sendo a incapacidade do sujeito de “sonhar sua experiência emocional” um indicador de sofrimento psíquico. O processo analítico consistiria, assim, no engajamento por parte de analista e analisando em uma experiência que procura criar condições para que o analisando possa “sonhar seus sonhos não sonhados”.

A leitura de Ogden parte da teorização de Bion (1979/1991) sobre a *função alfa* e o pensamento-sonho. O sonhar é considerado “um processo constante que ocorre tanto no sono quanto na vida em vigília” (Ogden, 2010a, p. 19), que se relaciona com a capacidade da pessoa de transformar impressões sensoriais brutas – elementos beta – em elementos alfa, que são “elementos da experiência que podem ser ligados entre si, no processo consciente ou inconsciente” (p. 19). Desta forma, os sonhos são formados pelos elementos alfa e são, em geral, figurados como imagens visuais, sendo constituídos pelos objetos que foram abstraídos de experiências e perderam a característica de concretude, possuindo, assim, qualidade simbólica.

É importante frisar que Bion (1979/1991) apresenta em sua teoria uma particularidade no que diz respeito à leitura sobre os sonhos, se comparado a Freud. Se, para o pai da Psicanálise, o sonho é resultado do processamento de

ideias latentes, tendo como resultado secundário a construção de narrativas que nos dão acesso ao inconsciente (Freud, 1900), para Bion é a partir da constituição da capacidade de sonhar que se pode separar consciente e inconsciente. O autor fala de dois tipos de atividade onírica: a que ocorre durante o sono e o sonho inconsciente acordado, sendo que ambos gerariam uma “barreira semipermeável viva” que tanto separa quanto liga a vida consciente e inconsciente (Ogden, 2010c). Assim, é a constituição da capacidade de sonhar que funda a diferença entre mundo interno e mundo externo, realidade psíquica não sensorial e realidade sensorial. Na ausência da função alfa, o sujeito se confronta com uma tela de elementos beta, impossíveis de integração ou simbolização, que só podem ser evacuados por meio de identificações projetivas. Por sua ligação com a possibilidade de simbolização, podemos dizer que, sem a função alfa e o sonhar, qualquer processo criativo está impossibilitado de ocorrer.

No que diz respeito à constituição da subjetividade, a função alfa só pode se desenvolver a partir de uma relação primária do bebê com um *objeto-continente* (Bion, 1967b). O objeto-continente tem função vital nessa leitura, dizendo respeito à capacidade da mãe de ser um receptáculo dos conteúdos angustiantes projetados pelo bebê, que são insuportáveis por conterem caráter ambíguo e desconhecido. Se essa relação se dá de forma que a mãe responda adequadamente às necessidades do seu bebê, este sentir-se-á compreendido e reconfortado, recebendo posteriormente a parte de si que foi evacuada em uma versão possível de ser integrada, acompanhada, também, da experiência de um objeto que é capaz de tolerar e de pensar sobre ele. Dessa forma, a experiência emocional do bebê adquire sentido e significado psíquico.

Falhas na função alfa trazem consequências para o desenvolvimento da capacidade de sonhar, tal como coloca Bion: “Se a experiência emocional do paciente não se transforma em elementos alfa, ele não pode sonhar”, e assim, ele não pode nem mesmo “adormecer, nem acordar” (Bion, 1991, p. 26). A incapacidade de adormecer ou acordar indica um estado de indiferenciação entre mundo interno e externo, entre percepção e alucinação. É o que se observa em pacientes psicóticos, mas também, em graus diferenciados, em pacientes incapazes de se engajar em trabalhos psíquicos que envolvam fazer uso da experiência, ligando seus elementos,

combinando-os, relacionando-os consciente e inconscientemente. Dessa forma, ficam presos no presente, “no inferno de um mundo interminável e imutável” (Ogden, 2010c, p. 70), incapazes de qualquer atividade criativa, o que se observa em análise pela impossibilidade de associar livremente, relatar sonhos, brincar.

Se voltamos para o caso apresentado acima, podemos perceber que o primeiro momento da análise de Levi é marcado pelo vazio e pela apatia. A criança obediente era capaz de executar mecanicamente as tarefas demandadas pelos pais, pela escola, pela analista, mas não era capaz de se envolver em qualquer atividade criativa. Seus pais não relatavam nada para a analista em relação a essa apatia, simplesmente não pareciam estranhar. Nas entrevistas com os pais, aos poucos vai se configurando a ideia de que os cuidados com essa criança eram “estéreis”, cuidados corporais extremamente minuciosos, mas que não envolviam contato emocional, ou mesmo a suposição de que o filho possuía vida subjetiva.

A mãe de Levi era uma mulher bastante ativa e possuía uma vida profissional que considerava satisfatória, porém, em contraste, sua vivência da maternidade era submetida ao marido. Depois do nascimento do filho, o pai, que é profissional da área de saúde, foi protagonista dos primeiros cuidados, montou o quarto do bebê, comprou todo o enxoval, esteve à frente dos banhos e trocas de fraldas. A mãe amamentava, também orientada pelo marido quanto a “pega correta” no seio e horários de mamada. Quando indagada do porquê dessa situação, ela parecia não estranhar ou se incomodar, dizia que o marido entendia muito do assunto, por ser profissional da área. Esse distanciamento da vida emocional do filho não parecia frieza, mas uma impossibilidade de contato afetivo com aquela criança. A analista pensa, então, que, para essa mãe, deve ter sido muito difícil servir como objeto-contínua para os conteúdos de seu bebê, pois ela não pôde sonhá-lo, não pôde estar com seu bebê em estado de rêverie materna.

Rêverie materna é um conceito utilizado por Bion (1967b) para se referir a um estado particular de consciência receptiva da mãe em relação à vida emocional do bebê, que a permite modular espontaneamente seu comportamento em resposta às manifestações do filho. É um

derivado da função alfa, responsável por receber, compreender, desintoxicar e transformar as identificações projetivas do bebê pela



presença psíquica materna. Esse estado de rêverie pode ser pensado na presença da mãe em sua forma mais espontânea e livre de objetivos precisos, de rigor metódico (Green, 1987/2017b). Essa liberdade que nasce da renúncia de se estabelecer um controle prévio sobre os acontecimentos que envolvem o cuidado, faz parte do estabelecimento de um ritmo entre mãe e bebê que a permite escutar, receber, moldar e compreender as sensações do bebê originadas no corpo e transformá-las em material psíquico (Lisondo, 2010).

A mãe de Levi não opera seus cuidados a partir desse ritmo, mas de um ritmo externo imposto pelo pai que, para ela, tudo sabe sobre bebês. Mesmo o encontro boca-seio, tão fundamental, é tratado como algo que se refere a uma técnica (“pega correta”) e não a um encontro. Lembramos a leitura que Green (1987/2017b) faz dessa questão em Bion, afirmando que a relação de amor veiculada pela alimentação ao seio corporal e a introjeção do seio bom é condição necessária, mas não suficiente, para gerar a capacidade de pensar, pois, para que haja nascimento psíquico, a criança deve ser alimentada psiquicamente, através da experiência com um seio psíquico nutridor. Esse seio nutridor é oferecido a partir da dimensão de presença materna, como já colocamos, quando a mãe se interessa pelos conteúdos do bebê, sensibiliza-se e põe à disposição dele sua mente e seu corpo, acolhendo seus conteúdos e mantendo-os dentro de si tempo suficiente para serem metabolizados e transformados por sua própria capacidade de pensar (Mano, 2012).

O manuseio concreto do corpo do bebê, sem rêverie, não permite a experiência de contenção, a introjeção do objeto continente, o sujeito não pode fazer operar a função alfa em seu aparelho psíquico. Ocorre nesse caso o que Bion (1979/1991) chama de *splitting* forçado, segundo o qual vive-se a experiência, mas nega-se o valor emocional derivado dela. Assim, os cuidados maternos operam mecanicamente, manipulando o corpo do bebê em sua materialidade concreta, cumprindo um ritual imposto pelo pai e deixando de lado qualquer significação. Incapaz de sonhar sua experiência emocional, Levi não podia criar espaço para o brincar, para o interesse no mundo que o rodeia e que é captado por seus sentidos, e, principalmente, não podia dormir.

“O oposto de um sonho não é um pesadelo, e sim um sonho que não pode ser sonhado”, nos diz Ogden (2010a, p. 77). Levi, sem poder

significar seus afetos, não pode adormecer, pois não pode sonhar. Fica, assim, suspenso, “em uma terra de ninguém onde não existe nem imaginação, nem realidade, nem esquecimento, nem lembrança, nem dormir, nem acordar” (p. 77).

Ogden afirma que não se pode conceder o estatuto de sonho a qualquer evento psíquico que ocorra durante o sono. Sonhos envolvem elaboração psicológica inconsciente, o que não ocorre em casos de eventos psicológicos que acontecem durante o sono nos quais o sujeito não é capaz de gerar associações, como os terrores noturnos. Interessa-nos especialmente a diferenciação que o autor faz entre pesadelos e terrores noturnos: “Os pesadelos são ‘sonhos ruins’; os terrores noturnos são ‘sonhos’ que não são sonhos” (Ogden, 2010a, p. 20).

Nesse sentido, os terrores noturnos são descritos como constituídos de elementos beta, impressões sensoriais brutas que não podem ser ligadas, não existem na vida em vigília. Assim, não podem ser pensados, contados ou armazenados na memória: o grito daquele que sofre do terror noturno é projeção de sua intensidade. Essa descrição é muito próxima à maneira como Bion (1967a) concebe o mecanismo de identificação projetiva em sua forma mais primitiva, como projeção de dados sensoriais brutos, que só ganham valor de comunicação se encontram um depositário, um continente que os abrigue para que possam, posteriormente, encontrar algum sentido. É preciso que alguém ouça o grito daquele que desperta com terror noturno, que se importe com ele, é preciso que alguém entenda o grito como mensagem para que tenha valor de comunicação.

Os pesadelos, por outro lado, são sonhos que despertam medo, podem ser lembrados, contados, e ainda que seu conteúdo não possa ser acessado, a pessoa pode falar algo sobre a experiência emocional que vivenciou. O sonhar é interrompido durante o pesadelo, quando a pessoa “atingiu os limites da capacidade de sonhar por sua conta”, precisando, então, da “mente de outra pessoa [...] para ajudá-lo a sonhar o aspecto de seu pesadelo que ainda está por ser sonhado” (Ogden, 2010a, p. 22).

Se tomarmos como metáfora para a situação de análise, podemos entender que Levi precisou caminhar de um funcionamento psíquico próximo ao do terror noturno, invadido por dados sensoriais sem significação que provocavam ruídos psíquicos dos quais ele nada podia

falar, para um funcionamento psíquico em que foi capaz de sonhar. Mais precisamente, a criança começou a ter pesadelos, ou seja, criar narrativas que envolviam elaboração psíquica, mas que eram bruscamente interrompidas quando atingia o limite da sua capacidade de sonhar por conta própria, precisando, assim, que a analista o auxiliasse.

Para isso, a analista precisou sustentar uma posição muito difícil transferencialmente, que envolvia a sensação de impotência, diante da necessidade de “fazer nada”. Nesse “nada”, no entanto, estava envolvido um trabalho de acolhimento dos conteúdos desorganizados projetados pela criança. Para nos aprofundarmos nesse ponto, falaremos a seguir sobre como podemos pensar o mecanismo da identificação projetiva enquanto interação interpessoal.

### 3. IDENTIFICAÇÃO PROJETIVA E TRANSFERÊNCIA

Aqui se faz necessário sublinhar a importância crucial da teorização sobre o mecanismo da identificação projetiva para entendermos essa comunicação primordial entre o bebê e a mãe e sua importância no que diz respeito à situação de análise. Ogden (1992), ao se debruçar sobre o conceito de identificação projetiva, sublinha que é a partir da leitura que Bion (1967a) faz desse conceito originalmente elaborado por Melanie Klein, que se pode pensá-lo como uma forma de interação interpessoal.

Klein (1946/1996) define a identificação projetiva como um conjunto de fenômenos próprios à posição esquizoparanóide, que diz respeito à cisão dos objetos e à projeção de elementos dolorosos para fora do aparelho psíquico do bebê. Concebido, assim, como um mecanismo de defesa arcaico contra a ansiedade própria à referida posição, é considerado responsável pela construção das relações de objeto narcisistas, relações em que os objetos são formados por partes clivadas e projetadas do *self*.

Na perspectiva kleiniana, o mecanismo da identificação projetiva é entendido como fundamentalmente intrapsíquico, e não são apenas as partes más do *self* que são projetadas, mas também as boas. Consequentemente, o uso excessivo da identificação projetiva por parte do bebê provocaria um esvaziamento egoico que Klein relaciona a estados de desintegração, que podem levar, inclusive, a atrasos no desenvolvimento intelectual nas crianças.

A partir dessa leitura sobre a identificação projetiva, autores como Bion (1967a), Hanna Segal (1957) e Herbert Rosenfeld (1991) propõem uma ampliação de seu entendimento, referidos a uma perspectiva intersubjetiva da constituição do sujeito. Nesse sentido, a identificação projetiva passa a ser entendida como um elo de ligação primordial entre o bebê e a mãe, em que dados sensoriais que ainda não adquiriram sentido são evacuados e depositados no objeto, sendo fundamental que este tenha condições psíquicas para suportar ser depositário dessas projeções, funcionando como continente para as angústias. Nessa perspectiva, a identificação projetiva é entendida como uma forma de comunicação, não se restringindo ao momento inicial da vida, continuando a operar mesmo quando a pessoa já é capaz de produzir significados.

É preciso sublinhar que, para que se configure o mecanismo da identificação projetiva, é necessário os dois termos da relação – sujeito e objeto. Green (1971/2017a) coloca que “A identificação projetiva tem como origem o momento em que o objeto se oferece como superfície de projeção” (p. 189). Caso contrário, se não há objeto disponível, ela será uma excorporação “por toda parte e por parte nenhuma” (p. 191). É nessa perspectiva que pode ser entendida como forma de comunicação de uma vivência pré-verbal, como denegação da realidade psíquica pela evacuação das partes más e indesejáveis do Eu, e também como fantasia de controle do objeto.

Bion (1967a) irá considerar o mecanismo da identificação projetiva como importante elemento da relação transferencial, elemento que se relaciona diretamente com o lugar central que ocupa em sua teoria a função continente do psicanalista, a possibilidade de o psicanalista conter e transformar os elementos nele depositados pelo paciente. Ogden (1996) se baseia nessa leitura para pensar a identificação projetiva como uma forma particular de “terceiridade analítica”, que se dá a partir de uma relação dialética entre subjetividade e intersubjetividade. Essa relação envolve uma experiência paradoxal para o analista: ao servir de recipiente para os conteúdos clivados e projetados pelo paciente, ele nega a si próprio em sua condição de sujeito, aceitando vivenciar o que o analisando não pode vivenciar sozinho, mas se mantém suficientemente diferenciado para ser continente para o paciente.

Em uma obra especificamente destinada à questão, Ogden (1992) chama atenção para o fato de que o uso excessivo da identificação projetiva por parte de um paciente ameaça a capacidade do analista de se manter em um estado psíquico em que seus próprios sentimentos e pensamentos sejam entendidos como construções simbólicas e não como fatos. O sentimento de inevitabilidade em relação ao que o afeta passa a ser entendido como “a realidade”. Logo, ele se sente impelido a “fazer algo” concretamente, no lugar de tentar entender o que vivencia na transferência. Nesse sentido, o espaço terapêutico, espaço em que os afetos são entendidos e significados ao invés de sofrerem tentativas de serem dissipados, entra em colapso.

No caso aqui tratado, podemos dizer que, durante o primeiro momento da análise, esse colapso se anuncia. A terapeuta se via em uma situação sem saída, em que sua ação parecia ser invasiva demais ao paciente, mas não agir significava não existir enquanto analista. No dia em que Levi pede para terminar a sessão antes, quando seu pai o aguarda, a analista começa a relacionar a incapacidade da criança de criar um espaço subjetivo próprio – assim como sua própria incapacidade de esperar que Levi propusesse alguma atividade – com a dinâmica da relação pai e filho, que havia sido contada pelos pais nas entrevistas preliminares.

Se, como colocamos acima, os cuidados maternos eram marcados pelo distanciamento emocional, os cuidados paternos podiam ser pensados pela via da identificação projetiva do objeto. Muito parecido fisicamente com o filho, o pai não se questionava sobre o estado emocional e afetivo da criança, pois dizia que, como eram muito parecidos, eles pensavam igual, sentiam igual. Em uma sessão em que falavam sobre a primeira infância do filho, o casal lembra que o pai entrou em um quadro depressivo agudo no momento em que a mãe de Levi voltou a trabalhar, com o fim da licença maternidade.

Em seu livro de 1992, Ogden devota um capítulo para tratar do impacto que o excesso de identificação projetiva materna exerce na formação subjetiva do bebê. Ele coloca que, nesses casos em que o objeto projeta maciçamente seus aspectos conflituosos na criança, esta desenvolve uma forma específica de identificação que tem reflexo em sua representação do *self*, suas relações objetais e muitas características

de sua organização egoica. O sujeito só se sente existindo para o objeto enquanto personificação de seus aspectos projetados.

Essa forma particular de identificação aponta não apenas para uma falha do objeto no sentido de proteger a criança de sua própria patologia, mas também aponta para uma exposição prematura do bebê à percepção do objeto como separado de si, ou seja, a exposição do bebê ao objeto não-eu antes que ele tenha ferramentas psíquicas para integrar a ideia de alteridade. Nesse sentido, a característica fundamental da identificação projetiva em análise, nesse quadro clínico, é o esforço massivo por negar a separação.

Levi não pode existir, nesse primeiro momento, para além dos aspectos patológicos projetados nele por seu pai. Assim como sua mãe, que não pôde existir enquanto mãe, a não ser pelo direcionamento paterno, Levi sustentava a lógica da não existência como forma única de manter-se existente para o objeto. Quando seu pai o espera na sessão em que ele pede para sair mais cedo, fica claro que, para essa criança, é insustentável manter-se em um espaço destinado a seu trabalho psíquico. Essa “comunicação direta” é tomada pela analista como mensagem, que dali em diante pode sustentar o “nada saber e nada desejar” (Bion, 1979/1991) sem invadir Levi com sua presença.

Em seu texto “Sobre sustentar, conter e sonhar”, Ogden (2010b) propõe que o conceito winnicottiano de *holding* seja entendido como um conceito ontológico que estaria na base da leitura desse autor sobre o que seria a experiência de estar vivo nos diferentes estágios do desenvolvimento humano. A experiência de “continuidade de ser” seria a expressão mais precoce gerada por essa experiência, sendo garantida ao bebê por uma mãe que se encontra “em um estado sem sujeito”, no estado de preocupação materna primária. O autor ressalta a importância de tal estado ser entendido como um “estado sem sujeito”: “Isso deve ser assim, porque a presença sentida da mãe-como-sujeito rasgaria o delicado tecido do continuar a ser do bebê” (Ogden, 2010b, p. 122).

Esse estado sem sujeito se refere à noção winnicottiana de loucura materna primária, e é extremamente difícil de ser sustentado, pois envolve a participação da mãe na sensação do tempo do bebê. Se utilizarmos esse modelo como metáfora para o caso apresentado, podemos pensar nessa situação de análise, quando a analista se angustia por pensar que nada

acontece naqueles encontros. Ali, a analista precisa sustentar o vazio, aparentemente sem significado

para “ser ininterruptamente aquele lugar humano no qual paciente está se tornando inteiro” (Ogden, 2010b, p. 125).

É interessante notarmos como Levi começa a manifestar seu interesse pelo ambiente, ao tentar reconhecer, ainda que pelo mundo virtual, ritmos, sons, experiências sensoriais muito primárias. É a partir desse veículo que ele pôde iniciar o processamento da experiência vivida e, assim, começar a sonhar sua experiência. Tal como coloca Ogden (2010b): “O trabalho do sonhar de Bion é aquele conjunto de operações mentais que permite que a experiência consciente vivida seja alterada de tal forma que se torne disponível para o inconsciente para elaboração psicológica” (p. 129).

No entanto, percebemos que, para a dupla analista/analizando, o sonho que se delinea a princípio se apresenta com as características de um pesadelo. Não por seu conteúdo manifesto assustador, mas sobretudo por sua característica de interromper abruptamente a elaboração psicológica que se efetuava, quando Levi ficava atento aos sinais sonoros que o jogo emitia. Desse ponto em diante, precisava de um trabalho da analista para ajudá-lo a sonhar o aspecto de seu pesadelo que ainda estava por ser sonhado (Ogden, 2010b).

Aqui, se faz necessária uma breve colocação da noção bioniana de continente/contido para entender como relacionamos a ampliação da capacidade de continência do *setting* com a experiência de mutualidade. Tal como coloca Mano (2012), o mito de referência bioniano supõe que o bebê em estado de dependência ainda não possui um eu tridimensional capaz de conter e digerir suas emoções, transformando suas experiências sensoriais em experiências psíquicas, de modo que é necessário que o objeto se ocupe dessa função. No entanto, a mãe não é um depositário passivo dos conteúdos do bebê, mas, enquanto função continente, ela cria vínculos de interação entre continente e contido. O contido é algo vivo, dinâmico, em constante expansão e reconfiguração. Nesse sentido, a experiência é de mutualidade, ainda que não seja de igualdade.

Ogden (2010b) chama atenção para o fato de que quando o relacionamento entre continente e contido é de mutualidade, o crescimento também é mútuo. Isso nos conduz ao momento específico

dessa análise, quando o menino pergunta à analista como ela percebe que o susto se aproxima. A analista é convidada, nesse momento, a refletir sobre a sua experiência emocional e sensorial, pois até então não tinha se questionado, parecia algo natural. A pergunta inaugura uma reflexão que expande a capacidade de continência daquele *setting*, aumentando, assim, a capacidade de Levi de experimentar seus sentimentos e percepções e de ter curiosidade sobre eles.

A pergunta também inaugura por parte da criança uma relação com a alteridade, que se manifesta na curiosidade sobre a vivência emocional da analista. Só é possível se instaurar esse distanciamento que permite a existência da própria ideia de diferença, se o objeto não se colocar de maneira indiferenciada em sua relação com o sujeito. Nesse sentido, Zornig (2015), ao pensar sobre a função do analista, aponta a necessidade de o objeto servir como um duplo para o sujeito, destacando sua posição de semelhante, que o permitiria manter-se em sintonia afetiva, sem perder de vista sua alteridade, contudo. Dessa forma, nos diz a autora, a relação transferencial pode ser “vivenciada em uma dimensão pulsional de movimento e intensidade, em que a comunicação se dá por meio da sustentação, da musicalidade” (p. 67), ou seja, uma comunicação que ultrapassa o verbal e inclui os aspectos sensoriais e emocionais da experiência.

A repetição do jogo, das experiências sensoriais que dele derivavam, como o aumento e a diminuição da tensão experimentados diante da presença da analista quando jogava, começam a configurar para Levi um conjunto de sinais e inscrições que funcionam como referências temporais, um “antes” e “depois” da emoção, que passa a se referir a uma vivência da qual o eu não apenas tem conhecimento, mas também que ele consegue inscrever em uma relação de causalidade. A instauração dessa temporalidade é elemento fundamental para pensarmos no desenvolvimento de uma narrativa, e posteriormente da capacidade de “pensar seus próprios pensamentos” (Ogden, 2010a), que permitirá ao menino construir sua história.

#### 4. ENFIM, DO TERROR NOTURNO AO PESADELO

A história com a qual Levi inicia sua narrativa é uma história de terror, não por seu conteúdo manifesto, mas pela eterna ameaça de transbordamento, de que algo que venha do outro possa ser excessivo a



ponto de aniquilá-lo. Instaurar um campo em que ele pôde vivenciar suas angústias na presença de um outro atento a suas manifestações e capaz de acompanhá-lo em seus movimentos de intensidades sem, contudo, invadilo com significações, foi essencial para que ele passasse de uma posição de assujeitamento para a condição de um sujeito de desejo, que pode viver uma experiência compartilhada e, assim, falar algo sobre sua experiência.

Assim, tal como apontamos no início de nosso trabalho, podemos perceber com o caso de Levi, a complexa e delicada relação entre a instauração da capacidade de sonhar e a relação entre o sujeito e seus objetos primários, assim como o seu papel fundamental na constituição da capacidade de simbolização. Foi necessário que Levi pudesse contruir, na relação com sua analista, um aparato para sonhar sonhos (Ferro, 1999) para que, enfim, pudesse dar figurabilidade às suas experiências emocionais e, em seguida, pudesse adormecer.

Essa mudança em Levi é acompanhada por mudanças subjetivas também em seus pais, que podem, a partir das entrevistas e da própria mudança na dinâmica que estabeleciam com o filho, desnaturalizar o sofrimento dessa criança, abrindo espaço para a percepção de sua diferença. Assim, o casal pôde começar a se preocupar com outras manifestações de sofrimento da criança, principalmente começar a estranhar a extrema obediência do filho, questionando-se se não se trataria de uma apatia.

Dessa forma, Levi pôde sair do registro do terror noturno para o do pesadelo. Podemos entender, portanto, que o processo analítico que pode acolher diferentes formas de expressão se torna “um jogo que subjetiva a história” (Zornig, 2019, p. 11), constituindo-se como uma aposta no potencial do sujeito, em sua capacidade de sair de uma posição alienada e de se sentir vivo, com todo o prazer e perigo que essa ideia comporta, podendo transformar o mundo de maneira única e singular.

Aqui, é interessante notarmos que o pesadelo posteriormente também cedeu lugar para o sonho, pois o menino começa a poder representar seus conteúdos, a fazer ligações entre os elementos e construir uma narrativa. Essa narrativa, cheia de terror e mistério, permitiu que Levi começasse a historicizar sua existência.

## REFERÊNCIAS

- Bion, W. R. (1967a) Attacks on linking. In W. Bion, *Second Thoughts: Selected papers on psycho-analysis*. (pp. 93-109) Londres: William Heinemann Medical Books.
- Bion, W. R. (1967b) A theory of thinking. In W. Bion, *Second Thoughts: Selected papers on psycho-analysis*. (pp.110 -119) Londres: William Heinemann Medical Books.
- Bion, W. R. (1991). *O aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1979).
- Ferro, A. (1999). *A psicanálise como literatura e terapia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (2004) À guisa de introdução ao narcisismo. *Obras psicológicas de Sigmund Freud, Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (Luiz Alberto Hanns, Trad., Vol 1, pp. 96 – 119). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1914)
- Freud, S. (1990a). A interpretação de sonhos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vols. 4-5, pp. 1- 566). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900)
- Green, A. (2017a). A projeção: da identificação projetiva ao projeto. In A. Green, *A loucura privada*. São Paulo: Escuta. (Originalmente publicado em 1971).
- Green, A. (2017b). A capacidade de rêverie e o mito etiológico. In A. Green, *A loucura privada*. São Paulo: Escuta. (Originalmente publicado em 1987).
- Klein, M. Notas sobre alguns mecanismos esquizoides. In: KLEIN, Melanie. Amor, culpa e reparação e outros trabalhos. Tradução de A. Cardoso. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996.
- Lisondo, A. B. D. (2010). Rêverie re-visitado. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 44(4), 67-84. Recuperado a partir de <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v44n4/a07.pdf>>.
- Mano, B. C. B. (2012). *Elementos para uma clínica do continente: a plasticidade do eu em sua função de continente psíquico*. (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica).

- Recuperado a partir de <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15212>>.
- Ogden, T. H. (1992). *Projective identification and psychotherapeutic technique*. London: Karnac.
- Ogden, T. H. (1996). *Os sujeitos da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ogden, T. H. (2010a). Sonhando sonhos não sonhados e gritos interrompidos. In T. H. Ogden, *Esta arte da psicanálise: sonhando sonhos não sonhados e gritos interrompidos* (pp. 17-38). Porto Alegre: Artmed.
- Ogden, T. H. (2010b). Sobre sustentar, conter e sonhar. In T. H. Ogden, *Esta arte da psicanálise: sonhando sonhos não sonhados e gritos interrompidos* (pp. 121-138). Porto Alegre: Artmed.
- Ogden, T. H. (2010c) Sobre não ser capaz de sonhar. In T. H. Ogden, *Esta arte da psicanálise: sonhando sonhos não sonhados e gritos interrompidos* (pp. 68-85). Porto Alegre: Artmed.
- Ogden, T. H. (2017). *A matriz da mente*. São Paulo: Blucher.
- Rosenfeld, H. (1991). Uma contribuição à psicopatologia dos estados psicóticos: a importância da identificação projetiva na estrutura do ego e nas relações de objeto do paciente psicótico. In E. Spillius. (Ed.), *Melanie Klein Hoje: Desenvolvimentos da teoria e da técnica*. Vol.1: Artigos predominantemente teóricos. Rio de Janeiro: Imago.
- Segal, H. (1957). Notes on symbol formation. *International Journal of Psychoanalysis*, 6(38), 391-397.
- Winnicott, D. (2000) Desenvolvimento emocional primitivo. In D. Winnicott. *Da pediatria à psicanálise*. (pp.218-231). Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1945)
- Zornig, S. A.-J. (2015). Clínica dos primórdios e processos de simbolização primários. *Psicologia Clínica*, 27(2), 121-136.
- Zornig, S. A.-J. (2019). *Quand le jeu perd sa fonction de transitionnalité: réflexions sur l'impact de la violence dans la constitution psychique*. Comunicação Oral, Lyon.